

# O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo?

## What are Brazil's intentions regarding Guyana Essequibo?

Roberta Rodrigues Marques da Silva\*

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 147, jan.-fev. 2015 [p. 19 a 26]

### 1. Introdução

Em 2013, foi anunciada assinatura de um acordo entre Brasil e Guiana, para a construção de usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni, no país vizinho, com capacidade instalada total de 4.500 MW. O projeto de construção das usinas, conduzido por uma parceria entre Eletrobras, OAS, Queiroz Galvão e Guyana Energy Agency, conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo a Eletrobras, a construção das referidas hidrelétricas faz parte de um projeto mais amplo, denominado “Arco Norte”, que inclui a construção de usinas hidrelétricas no Suriname, além de linhas de transmissão que permitam o escoamento da eletricidade gerada a partir dos dois países – e também da Guiana Francesa – para o abastecimento do mercado brasileiro (BATISTA, 2013).

A perspectiva de aproveitamento do potencial hidrelétrico guianense no longo prazo está presente no Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, entidade responsável pelo planejamento do setor elétrico brasileiro. O plano também prevê o fortalecimento de interligações com países vizinhos já existentes, como a Venezuela, além da construção de novas linhas de interconexão com países vizinhos, como Uruguai e Bolívia (BRASIL, 2007).

Os benefícios do impulso à integração energética da América do Sul são bastante conhecidos: os países do subcontinente são dotados de recursos energéticos abundantes (petróleo, gás, hidroeletricidade, eólica, solar) que, entretanto, não se encontram distribuídos de forma equânime entre os seus países. Nesse sentido, o estabelecimento de interconexões para exportação de recursos energéticos é importante para o abastecimento das suas respectivas populações, bem como o impulso à integração entre os países, lado a lado às demais iniciativas de integração física (transportes, telecomunicações) e comercial. No entanto, também são bem documentados os empecilhos à integração: as rivalidades geopolíticas<sup>1</sup>; a defesa da segurança e da soberania nacional (aí incluída a soberania energética), na busca pela redução das vulnerabilidades frente a mudanças políticas nos países vizinhos; e as assimetrias de poder na região<sup>2</sup>.

O caso do projeto hidrelétrico no Rio Mazaruni é particularmente relevante no contexto das discussões da integração energética entre o Brasil e os países vizinhos. A construção das usinas poderá contribuir para o

\* IBMEC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (roberta.rms@gmail.com)

1 Por exemplo: as disputas fronteiriças entre Bolívia, Chile e Peru; as frequentes diferenças na abordagem do narcotráfico entre Colômbia, Venezuela e Equador.

2 Restringindo-se à questão energética, pontuam-se as divergências entre Brasil e Paraguai, em torno da comercialização da energia gerada pela usina hidrelétrica de Itaipu, e Brasil e Bolívia, em relação à nacionalização dos ativos da Petrobras no país vizinhos e ao abastecimento de gás oriundo da Bolívia.

abastecimento energético do mercado brasileiro. Os riscos, contudo, também são relevantes: a exploração do potencial hidrelétrico em um rio localizado em meio à Floresta Amazônica traz à tona a amplitude dos impactos sociais e ambientais – visíveis no caso da exploração hidrelétrica na Amazônia brasileira, na construção das usinas Belo Monte, Jirau e Santo Antônio –, com o agravante que o propósito para a sua construção, em solo guianense, serve majoritariamente ao abastecimento de um país estrangeiro. Ademais, sua construção prescinde, obviamente, do recurso a ritos conforme a legislação brasileira, como estudos de impacto social, ambiental e arqueológico, acompanhados da convocação de audiências públicas. De acordo com essa leitura, o Brasil estaria “exportando” seus problemas para um país vizinho e mais fraco. Essa crítica se assemelha àquela dirigida aos países do Norte, cujas empresas atuam em países pobres sem oferecerem condições de trabalho ou seguirem padrões ambientais conforme as legislações restritivas de seus países de origem. Nesse sentido, o Brasil poderia incorrer no risco do reforço de uma imagem de potência (sub)imperialista na América do Sul, o que poderia gerar desconfianças entre os vizinhos e dificultar a construção da liderança do país na região, ancorada no exercício do *soft power*.

Os problemas elencados fazem-se presentes em diversos projetos brasileiros na região – como o projeto hidrelétrico Inambari, no Peru, “engavetado” durante o governo Ollanta Humala. O caso do projeto na Guiana, porém, traz um problema adicional: pretende-se construir uma usina hidrelétrica, para abastecimento do mercado brasileiro, na região de Essequibo, historicamente disputada pela Venezuela. Há uma questão geopolítica relevante por trás da construção das usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni, que impacta diretamente as relações entre Brasil, Guiana e Venezuela. Considerando que a política externa brasileira tem se pautado, nos últimos anos, pela construção de uma liderança na região, sempre acompanhada pela participação ativa em fóruns institucionais, cabe indagar: o que pretende o Brasil na Guiana Essequibo?

Sem intenção de esgotar a questão, este artigo busca trazer algumas questões centrais ao debate, sem apresentar, contudo, uma resposta definitiva à indagação colocada. No que segue, o artigo será organizado da seguinte forma: na primeira parte, serão apresentadas as principais diretrizes do relacionamento entre Brasil e Guiana no marco da política externa. Na segunda parte, será abordada a disputa em torno da região de Essequibo entre Guiana e Venezuela, em perspectiva histórica. Na terceira seção, serão discutidos alguns aspectos importantes no relacionamento entre Brasil, Venezuela e Guiana em torno do projeto de construção da usina hidrelétrica no Rio Mazaruni. Considerações finais encerram o artigo.

## 2. O lugar da Guiana na política externa brasileira

Os países sul-americanos de fala não-hispânica (Guiana e Suriname<sup>3</sup>) ocupam tradicionalmente uma posição da pouco destaque na política externa brasileira, que historicamente privilegia as relações com os países platinos e andinos. Esse distanciamento é explicado, em parte, pelas diferenças nos seus processos colonizadores, pela sua independência tardia, pelas instabilidades políticas pós-independência e pelas matrizes culturais e linguísticas que os afastam dos demais países do subcontinente. Estes países tendem a priorizar sua identidade caribenha, bem como o relacionamento com suas antigas metrópoles. O distanciamento foi reforçado ainda pelas disputas fronteiriças, que contrapõem Guiana e Venezuela, Guiana e Suriname e Suriname e Guiana Francesa. Cumpre salientar que somente as fronteiras terrestres com o Brasil já se encontram definidas desde a época colonial destes países (VISENTINI, 2010).

As relações entre o Brasil e os dois vizinhos setentrionais se desenvolveram no contexto de frágeis aproximações. Um marco importante no relacionamento foi a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica

3 A Guiana Francesa não é incluída nessa discussão por se tratar de um departamento ultramarino da França.

(TCA)<sup>4</sup>, em 1978, voltado para a promoção do desenvolvimento na região (VISENTINI, 2010). O TCA, porém, foi caracterizado por baixo nível de institucionalização, permanecendo um tema secundário na agenda da política externa brasileira. Somente em 1995, os esforços para o fortalecimento da cooperação foram retomados, levando à formação, três anos mais tarde, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que pretendia dotar o arranjo de maior autonomia organizacional e de maior institucionalização.

No caso específico das relações entre Brasil e Guiana, uma série de acordos bilaterais foi assinada entre as décadas de 70 e 90<sup>5</sup>, sem que houvesse, porém, a definição de um arranjo cooperativo mais profundo entre os dois países. Cumpre salientar que, durante grande parte do governo Fernando Henrique Cardoso, a Guiana não era percebida como fonte de oportunidades para a diplomacia brasileira, que privilegiava o relacionamento com os países do Mercosul e com os países do Norte, no contexto de uma estratégia que pretendia impulsionar a inserção brasileira na economia globalizada e nos organismos multilaterais globais (LIMA, 2011). Também contribuiu para a baixa densidade na diplomacia regional o fato de a Guiana ter mantido relações estreitas com os Estados Unidos no campo da segurança, que incluiu a instalação de bases militares norte-americanas na década de 90, justificada pela necessidade de se combater o narcotráfico. Tampouco no marco do relacionamento entre blocos regionais, chegou-se a promover uma cooperação mais próxima entre o Mercosul e o CARICOM, cuja sede é em Georgetown (VISENTINI, 2010).

Somente a partir do ano 2000, observa-se uma inflexão na agenda da política externa brasileira, com ênfase para a América do Sul, incluindo aí o inédito relacionamento com Guiana e Suriname. Essa aproximação foi iniciada ainda no governo Cardoso, com a convocação da I Cúpula Sul-Americana<sup>6</sup> e o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (SOUTO MAIOR, 2006), tendo adquirido maior destaque durante o governo Lula, o que se expressou na fundação da UNASUL e no maior ativismo brasileiro na América do Sul – seja na mediação institucionalizada de conflitos políticos, com base no chamado “princípio da não-indiferença”, seja na ampliação dos investimentos de empresas brasileiras na região, apoiados pelo financiamento do BNDES (LIMA, 2013).

No marco da ampliação do significado da integração regional – que passava a priorizar a dimensão política e enfatizar a necessidade de se promover a integração física, para além da concepção comercial do regionalismo –, o Brasil redefiniu sua agenda bilateral com a Guiana. Foram retomados os antigos projetos de construção de uma ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países<sup>7</sup>, e de pavimentação da rodovia entre as cidades de Lindem (no Brasil) e Lehman (na Guiana). Também foram promovidas iniciativas para integração no campo das telecomunicações (rede de fibra ótica) e energético (construção de hidrelétricas e de linhas de transmissão interconectando os dois países). Destacam-se ainda as iniciativas de cooperação policial e de combate ao narcotráfico, cooperação técnica na agricultura (especificamente no setor sucroalcooleiro), além de um acordo para a construção de um porto de águas profundas em Georgetown, que poderá ser viabilizado com a pavimentação da rodovia que liga os dois países, permitindo o escoamento da produção brasileira pelo porto do país vizinho<sup>8</sup> (CARDOSO, 2010; LIMA, 2011).

4 São signatários do tratado: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

5 Foram assinados acordos sobre desembaraço comercial, transporte aéreo, antidrogas, medidas sanitárias, ciência e tecnologia, isenção de vistos diplomáticos (CARDOSO, 2010)

6 Pela primeira vez, todos os Chefes de Estado da América do Sul participaram de uma reunião de cúpula em nível estritamente subcontinental.

7 A ponte foi inaugurada em 2009, vinte e sete anos depois do início das conversas em torno da sua construção.

8 Já no plano do relacionamento entre blocos comerciais, destacam-se as negociações entre Mercosul e CARICOM em torno da constituição de uma área de livre comércio (GEHRE; GOMES, 2013).

O projeto de construção de usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni, na Guiana, e de linhas de transmissão associadas para exportação de energia para o Brasil se inscreve no contexto da agenda da política externa no governo Lula, voltada para a construção de uma liderança na América do Sul. As negociações em torno do projeto devem ser analisadas à luz dos seus múltiplos aspectos: (i) o aprofundamento da presença brasileira na porção norte da América do Sul; (ii) a ampliação dos investimentos de empresas brasileiras no subcontinente (haja vista a presença de construtoras brasileiras no projeto, OAS e Queiroz Galvão); (iii) necessidades brasileiras no nível doméstico, como a necessidade de se garantir o abastecimento energético.

### 3. A questão de Essequibo

A chamada “questão de Essequibo” – região correspondente a cerca de dois terços do território da Guiana – remonta ao período colonial na América do Sul. A região havia sido ocupada por espanhóis, ingleses e holandeses, sendo definida, no século XIX, como parte da colônia inglesa (LIMA, 2011). Passadas as guerras independentistas, a Venezuela requereu a posse de Essequibo, afirmando que os espanhóis haviam sido os primeiros a se fixarem na região, que havia sido então anexada à sua colônia ocidental (VISENTINI, 2010). Em 1899, a Venezuela solicitou a intervenção dos Estados Unidos na questão, apoiada pelos postulados da Doutrina Monroe. O caso foi submetido à arbitragem, resultando no Laudo Arbitral de Paris (1899), favorável às pretensões inglesas (CARDOSO, 2010).

Em 1962, às vésperas da independência da Guiana, a Venezuela declarou a nulidade do Laudo Arbitral, alegando que a definição do quadro de juízes lhe havia sido desfavorável. De fato, a corte arbitral havia sido composta por dois juízes ingleses, dois norte-americanos (sendo apenas um escolhido pelo governo venezuelano), além de um russo, que havia realizado seus estudos na Inglaterra. O governo venezuelano suspeitava de um conluio entre o árbitro russo e seus pares ingleses (DESIDARÁ NETO, 2012).

Em 1965, a ONU passou a considerar a região de Essequibo formalmente como uma zona em reclamação. No ano seguinte, procedeu-se à formação de uma Comissão Mista para tratar da disputa, esperando-se chegar a uma conclusão dentro de quatro anos. O governo venezuelano pretendia chegar a uma conclusão favorável o quanto antes, a fim de evitar o acirramento em torno da questão a partir da esperada independência da Guiana (DESIDARÁ NETO, 2012). Após a independência daquele país, as discordâncias territoriais passaram a se manifestar também no plano das relações hemisféricas, com o veto venezuelano à entrada da Guiana na OEA (VISENTINI, 2010).

Os trabalhos da Comissão Mista chegaram ao fim sem apontarem um desfecho para o litígio. Nesse contexto, em 1970 foi assinado o Protocolo de Port of Spain, que definia a interrupção das negociações pelos próximos doze anos. Nesse período, surgiram as primeiras iniciativas em torno da construção de usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni. Inicialmente bem-recebidas pelo governo venezuelano, no bojo da melhoria das relações bilaterais, essas iniciativas passaram a sofrer a oposição do país vizinho ao final da década, quando se observou novo recrudescimento das tensões diplomáticas (DESIDARÁ NETO, 2012).

Em 1982, a Venezuela optou por não renovar o Protocolo de Port of Spain. Coube ao Secretário Geral da ONU definir a nova modalidade de gestão do contencioso. Em 1989, teve início a provisão de bons ofícios por parte da ONU, voltada para a solução diplomática da questão de Essequibo (DESIDARÁ NETO, 2012).

A questão, pendente até os dias atuais, permanece na alçada dos bons ofícios oferecidos pelos representantes do Secretário Geral da ONU. Desde então, a Guiana buscou ampliar a exploração de recursos naturais e energéticos da região, no intuito de promover o seu desenvolvimento, mas sempre encontrou a resistência da Venezuela, que reafirma o *status* de Essequibo como zona em reclamação. No contexto desse complexo relacionamento

Guiana-Venezuela ao longo da história, encontram-se as negociações em torno do projeto hidrelétrico no Rio Mazaruni, atualmente constante na agenda das políticas externa e energética do Brasil.

#### 4. O projeto hidrelétrico no Rio Mazaruni e as relações Brasil, Guiana e Venezuela

A construção de usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni, na região de Essequibo faz parte de um antigo projeto guianense, levantado pela primeira vez na década de 70. Não se trata da única iniciativa do tipo na região, existindo também a proposta de construção da hidrelétrica Amailia Falls, de menor porte, localizada no Rio Kuribrong. Também têm sido apresentados projetos de exploração mineira e petrolífera na região, o que tem contribuído para manter no debate público venezuelano a questão da disputa em torno da posse da região de Essequibo.

O Brasil passou a se envolver ativamente com o projeto hidrelétrico no Rio Mazaruni a partir do governo Lula, não desconhecendo, obviamente, suas implicações geopolíticas. Cumpre salientar que a capacidade de geração das usinas projetadas é muito superior à demanda por eletricidade atualmente existente no mercado guianense, de modo que sua construção somente pode ser viabilizada a participação de um sócio capaz de garantir a exportação de grande parte da energia produzida. Com o virtual esgotamento do potencial hidroelétrico (de grandes proporções) extra-amazônico no Brasil, o país passou a se voltar para: (i) a exploração do potencial hidroelétrico na Bacia Amazônica; (ii) a geração por fontes diversas de energia; (iii) o estudo dos potenciais aproveitamentos hidrelétricos nos países vizinhos, buscando identificar nichos de oportunidade para a construção de usinas voltadas, parcialmente, para a exportação de eletricidade para o mercado brasileiro. Dentre as oportunidades identificadas, encontra-se o projeto hidrelétrico no Rio Mazaruni, a ser viabilizado, no longo prazo, a partir de uma parceria entre Eletrobras, OAS, Queiroz Galvão e Guyana Energy Agency, com a ativa participação do Itamaraty e do Ministério de Minas e Energia.

A janela de oportunidade aberta foi reforçada pela posição adotada pelo governo Hugo Chávez em relação à Guiana. O ex-presidente venezuelano buscou arrefecer as tensões em torno da disputa territorial, tendo afirmado, após a visita oficial à Guiana em 2004, que seu governo não se oporia ao desenvolvimento de projetos econômicos na região de Essequibo. Chávez marcava, dessa forma, uma inflexão em relação à linha seguida desde o início de seu governo, que mantinha as demandas históricas pela posse da região (CHÁVEZ TURNAROUND..., 14 set.2013). A Guiana, ademais, passou a figurar no conjunto de países que recebiam petróleo venezuelano a baixo custo, no marco da iniciativa Petrocaribe (LIMA, 2011).

Conforme troca de mensagens “vazadas” pelo Wikileaks, a proposta para construção da usina hidrelétrica pelo Brasil partiu do então presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, em 2009. O embaixador Nelson Barbosa afirmava em telegrama que as razões por trás da parceria diziam respeito não somente à exportação de energia, mas também a fatores políticos: a consolidação da reivindicação da Guiana sobre a região de Essequibo, neutralizando as investidas venezuelanas. Lula, ademais, considerava importante que o Brasil apoiasse a obra, a fim de reforçar a participação da Guiana na UNASUL (VIANA, 2011). O Brasil, ademais, incluiu o projeto no contexto mais amplo das suas iniciativas para promoção da integração energética no nível regional, buscando estabelecer negociações também com Suriname e Guiana Francesa.

Não obstante a aparente mudança de posição do governo venezuelano, a região de Essequibo se manteve como um foco de tensões entre os dois países. Em 2007, o governo da Guiana denunciou a incursão de soldados do exército venezuelano no seu território (VIANA, 2011). As relações voltaram a se deteriorar – embora jamais tenham deixado o plano das relações diplomáticas – no governo de Nicolás Maduro. Em 2013, a Venezuela deteve um barco que atuava na prospecção de petróleo em uma área de concessão guianense. O incidente diplomático levou

a uma reunião entre os chanceleres dos dois países em Trinidad y Tobago, para esclarecimentos (VENEZUELA Y..., 16 out.2013). No ano seguinte, a chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett, da Guiana, defendeu a continuidade das negociações com o Brasil para a construção das usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni, afirmando que seu país não entendia que Essequibo era uma região em disputa. Além disso, a Guiana passou a requerer a ampliação da sua plataforma continental, a fim de impulsionar a prospecção de petróleo, o que poderá restringir o trânsito de embarcações venezuelanas para o Oceano Atlântico (PARA GUYANA..., 27 mar.2014).

Em dezembro de 2014, a chanceler Rodrigues-Birkett voltou a se pronunciar sobre a questão, defendendo o recurso a outra modalidade de negociação diplomática para resolução da questão de Essequibo, abandonando a via dos bons ofícios. Ela defendeu que, passados mais de vinte anos sem que se chegue a uma resolução para a disputa, o recurso a essa modalidade havia se esgotado. No mês seguinte, o governo venezuelano considerou a posição da chanceler como “inamistosa”, reforçando a necessidade de se prosseguir com os bons ofícios conduzidos pela ONU (VENEZUELA LOBBIES..., 31 jan.2015).

## 5. Considerações Finais

O projeto hidrelétrico no Rio Mazaruni não deverá sair do papel no curto prazo. Por um lado, a interconexão, embora ventilada, *não* é prioritária no planejamento energético brasileiro, que prefere recorrer, em primeiro lugar, a medidas autóctones de abastecimento. Por outro lado, questões conjunturais, como os problemas financeiros enfrentados pela Eletrobras e a Operação Lava Jato, investigação levada a cabo pela Polícia Federal sobre suspeitas de corrupção envolvendo a Petrobras e as principais empresas brasileiras do ramo da construção civil, reforçam a tendência à paralisia das negociações em torno de novos empreendimentos entre empresas estatais e empreiteiras. Mesmo assim, o projeto no Rio Mazaruni dificilmente será retirado da agenda política – basta lembrar que o projeto de construção da usina de Belo Monte remonta à década de 70, ou mesmo que a ponte para interligação entre Brasil e Guiana levou vinte e sete anos para sair do papel. Por isso, algumas questões importantes devem ser trazidas ao debate público.

A discussão sobre as complexas disputas territoriais entre Guiana e Venezuela, bem como o relato sobre as posições atuais de Guiana, Venezuela e Brasil em torno da construção de usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni trazem à tona questões não respondidas. Não está claro, no debate público, qual o nível atual do relacionamento entre Brasil e Venezuela em torno da questão. Como o Brasil tem lidado, no plano político-diplomático, com a insatisfação venezuelana em relação ao desenvolvimento de atividades econômicas na região de Essequibo? Como a Venezuela encara o possível *fait accompli* a ser colocado pela potência regional, ao construir usinas hidrelétricas que serão integradas ao abastecimento energético brasileiro? Quais os impactos deste movimento para a construção da liderança brasileira na região, ancorada em perspectivas de *soft power*? Cumpre salientar que, na década de 80, o projeto de construção de uma estrada entre a fronteira Brasil-Guiana e Georgetown não foi levada adiante em razão do veto venezuelano, conforme relata José Sarney, o presidente brasileiro à época (SARNEY, 2007).

Tampouco estão esclarecidas as perspectivas de relacionamento futuro entre Brasil e Guiana: à luz das relações Brasil-Paraguai em torno da comercialização da energia elétrica gerada por Itaipu, como o Brasil trabalhará para que não seja objeto, mais uma vez, de críticas que apontam para o *reforço* das assimetrias regionais – em vez da sua redução –, movimento que dificulta a construção da liderança brasileira na América do Sul?

Para além da assinatura de acordos e protocolos de intenções, a discussão em torno de projetos específicos voltados para a integração regional é importante na medida em que revela, concretamente, as divergências entre os interesses dos países sul-americanos no processo de integração regional.

## Referências Bibliográficas

- BATISTA, Henrique Gomes. Brasil quer construir hidrelétricas nas Guianas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 set.2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-quer-construir-hidreletricas-nas-guianas-9873364>>. Acesso em 05 fev.2015.
- BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Nacional de Energia 2030*. Rio de Janeiro: EPE, 2007.
- CARDOSO, Rodrigo Bertoglio. *Cooperação internacional e segurança na fronteira norte: Brasil, Venezuela e Guiana (2003-2008)*. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010.
- DESIDARÁ NETO, Walter Antonio. A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v.03, n.12, jun./jul.2012.
- LIMA, Erick. *Política Externa do Vizinho Distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana*. 172f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Brasília/ Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Brasília: 2011.
- LIMA, Maria Regina. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n.90, 2013.
- SARNEY, José. A questão de Essequibo. *A Tribuna do Norte*, Natal, 18 nov.2007. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/a-questao-de-essequibo/58834>>. Acesso em 08 fev.2015.
- SOUTO MAIOR, Luiz. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.49, n.02, 2006, p. 42-59.
- VIANA, Natália. Hidrelétrica brasileira na Guiana serviria de apoio em disputa com a Venezuela, revela Wikileaks. *Opera Mundi*, 27 jun.2011. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/13066/hidrelétrica+brasileira+na+guiana+serviria+de+apoio+em+disputa+com+a+venezuela+revela+wikileaks.shtml>>. Acesso em 07 fev.2015.
- VISENTINI, Paulo. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v.01, n.01, ago./set., 2010.

## Jornais consultados:

- CHÁVEZ TURNAROUND on Venezuela's claim over the Essequibo. *El Universal*, Caracas, 14 set.2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130914/chavez-turnaround-on-venezuelas-claim-over-the-essequibo>>. Acesso em 07 fev.2015.
- PARA GUYANA, el Esequibo ya no está en disputa. *El Universal*, Caracas, 27 mar.2014. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140327/para-guyana-el-essequibo-ya-no-esta-en-disputa>>. Acesso em 07 fev.2015.
- VENEZUELA Y Guyana reanudan vieja disputa por el Esequibo. *Últimas Noticias*, Caracas, 16 out.2013. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/venezuela-y-guyana-reanudan-vieja-disputa-por-el-e.aspx#ixzz3RB80MaMS>>. Acesso em 07 fev.2015.

## Resumo

O artigo discute o projeto de construção de usinas hidrelétricas no Rio Mazaruni, na Guiana, que pretende gerar energia para exportação para o Brasil. O Rio Mazaruni encontra-se na região de Essequibo, reivindicada historicamente pela Venezuela. Pretende-se problematizar os impactos deste projeto nas relações entre Brasil, Guiana e Venezuela.

## Abstract

The article discusses the hydropower project to be developed on the Mazaruni River, in Guyana, which seeks to export energy to Brazil. Mazaruni River is located in the Essequibo region, historically claimed by Venezuela. The intention is problematizing the impacts of this project in the relations between Brazil, Guyana and Venezuela.

Palavras-chave: integração regional, Brasil, Guiana.

Key words: regional integration; Brazil, Guyana.

*Recebido em 09/02/2015*

*Aprovado em 28/02/2015*